

## REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DO PSICÓLOGO COM GRUPOS DE MÃES DE DEFICIENTES AUDITIVOS EM UMA ESCOLA ESPECIAL DE 1º GRAU

*Ana Cristina Marzolla*

O meu trabalho como psicóloga no 1º Grau do Instituto Educacional São Paulo (IESP), escola especial para deficientes auditivos da DERDIC/PUC-SP, tem se modificado ano a ano, desde que lá entrei em 1984. Essas modificações são decorrentes de fatores tais como mudanças na instituição, na minha forma de vê-la, bem como ao trabalho.

Durante os quatro primeiros anos, minha função foi de psicóloga substituta de um orientador educacional que estava em licença. Não havia nessa época, o cargo de psicólogo na escola. Através de um processo árduo, durante esse tempo, fui, aos poucos, conseguindo me impor como psicóloga, me reconhecendo como tal, a ponto de ficar clara para mim a necessidade, na escola, tanto do orientador educacional quanto do psicólogo. O final do período de substituição culminou com a criação do cargo de psicólogo na escola de 1º grau, no início de 1988.

Nesse processo, tornou-se evidente para mim a importância de uma postura de pesquisa frente ao trabalho numa instituição que tem, entre outras preocupações, a de desenvolver e divulgar métodos e técnicas de trabalho no campo dos distúrbios da comunicação.

Com a função de psicóloga recém-conquistada, somada à preocupação com a pesquisa, fui modificando sensivelmente minha atuação na escola.

É neste contexto, então, que entra a experiência da orientação a grupos de mães, uma parcela do meu trabalho na escola, que decidi enfocar aqui, em função da importância extrema que a ela reputo.

Ao longo desses quatro anos, coube a mim: orientar os pais que me procurassem em função de alguma dificuldade em relação à criança, escola ou família; chamar os pais no caso de dificuldades da criança, percebidas pela escola; orientar os professores quanto à compreensão de cada aluno, em todos os seus aspectos (cognitivo, emocional, social), assim como da dinâmica do grupo classe; discutir métodos de avaliação e servir de 'pronto-socorro' para quando houvesse alguma alteração séria de comportamento em classe, que perturbasse a dinâmica grupal.

Houve, nessa época, algumas tentativas de formação de grupos de mães, mas que obviamente, eu vejo agora, tinham tudo para não dar certo. A proposta era de grupos quinzenais ou mensais, para discutir assuntos comuns a uma certa faixa etária. Do meu ponto de vista, o trabalho não poderia dar certo porque tinha um pressuposto falso, que era o de estar lidando com crianças 'normais', que 'só não escutam'. Esse pressuposto impedia uma visão mais real das crianças e das famílias e, portanto, de suas necessidades.

Por isso, o objetivo teórico de um trabalho quinzenal ou mensal tornava-se inoperante. Paralelamente, contribuíam para a ineficácia desse tipo de proposta alguns fatores exter-

nos, como greves, paralisações ou suspensões de aulas. Estes elementos dificultavam o aprofundamento necessário para se discutir questões vitais, como a relação das mães com a deficiência e o processo de compreensão da mesma.

O primeiro grupo foi montado em 1986, em função do interesse das mães em dar continuidade ao grupo que tinham na pré-escola com a psicóloga e a fonoaudióloga. Adotei, então, o mesmo esquema de reuniões quinzenais ao qual estavam habituadas, com a diferença de que eu coordenava sozinha o grupo, por acreditar que os assuntos referentes à comunicação das crianças como um todo já tinham sido suficientemente discutidos. Propunha-me assim, a abordar outros temas, como a adolescência, a orientação sexual e vocacional, entre outros. Esse tipo de trabalho se estendeu ainda por 1987 e 1988 com grupos diferentes.

No decorrer desse tempo, contudo, fui observando a falta de assiduidade e pontualidade por parte das mães no grupo e o quão difícil era se fazer uma discussão mais aprofundada dos assuntos levados. Fui também percebendo a dificuldade que tinham de se ligar a mim, referindo-se com frequência à 'psicóloga da pré-escola'.

Dessa forma, os grupos iam mingando, algumas pessoas saíam, cada uma por diferentes razões, mas sempre externas ao grupo (doenças, gravidez etc.). Não se conseguia avaliar as razões intrínsecas a ele, pela própria estrutura de não comprometimento que o modelo proporcionava.

No entanto, foram justamente as frustrações com o esfacelamento dos grupos que me forneceram elementos para repensar o que estava acontecendo. Pude perceber que o problema não se referia aos elementos do grupo, mas ao próprio modelo teórico em que me baseava, pois mudavam-se os grupos mas as dificuldades se perpetuavam.

Por um lado, eu me dava conta da falta de ligação das mães com o grupo, comigo e com a instituição que se manifestava na inconstância, – e da falta de clareza, em relação aos objetivos do grupo e as suas responsabilidades nele. Por outro lado, percebia os problemas de comunicação que aquelas mães tinham com seus filhos, como era custoso deixá-los crescer, a necessidade que tinham de que eles dependessem delas, o quanto, às vezes, tinham uma percepção distorcida do filho, a dificuldade de lidar com as próprias frustrações e com as das crianças. Isso só para citar algumas das dificuldades.

Percebia, ainda, nas crianças, baixa tolerância à frustração, o perfeccionismo, a rigidez de valores, a imaturidade, a não aceitação da própria deficiência. Entendi que essas dificuldades tinham raízes profundas e que o trabalho de aconselhamento não as atingia.

Dei-me conta, então, da necessidade de um trabalho mais aprofundado que levasse a uma reflexão sobre o significado da surdez das crianças na vida dessas mães.

Para chegar a isso, senti que seria preciso, no mínimo, um encontro por semana, para que se pudesse criar uma intimidade maior entre os membros do grupo, e um vínculo comigo. Com isto em mente, passei a fazer, com as mães, uma avaliação do funcionamento do grupo, tendo como objetivo sensibilizá-las para a mudança.

Os grupos foram retomados no início de 1989, já no novo sistema. O número de membros em cada grupo se manteve o mesmo: oito no máximo. Cada grupo era constituído basicamente de mães de alunos de 1ª e 3ª séries. As reuniões, semanais, com duração de uma hora, têm como proposta servir de espaço para reflexão sobre suas questões, dificuldades e angústias em relação aos filhos e à deficiência.

Este trabalho tem dado margem a questionamentos e reflexões da minha parte, em relação ao assunto, tais como: "uma pessoa ouvinte pode entender a deficiência auditiva do outro?, ou seja, pode entender o que significa ser surdo?; será que é preciso ter a vivência da surdez para entender o que ela significa?"

Eu acredito que a empatia e a identificação com o surdo são fundamentais. É importante perceber em si mesmo essa carência, ou seja, o que é sentir o isolamento, a solidão, a ausência, e verificar como lidar com elas. Compreendo isto em mim, eu posso compreender a solidão, o isolamento, a ausência, vivências básicas do deficiente auditivo. Neste sentido, os pais só poderão compreender a deficiência do filho na medida em que puderem se identificar com essas vivências sem se destruírem. Assim, para essas mães, aceitar o filho deficiente significa aceitar a própria dificuldade interna.

Sobre o indivíduo com deficiência, seja ela qual for, recaem as projeções das doenças da família, ficando ele não como aquele que porta uma deficiência, mas como 'o deficiente'. Ele acaba por assumir os aspectos sombrios da família. Dessa forma, ora os pais usam a dificuldade do filho – assim como a da pessoa ou instituição que o atende – para encobrir as próprias, ora vão por um caminho inverso, negando as dificuldades da criança e idealizando o profissional ou instituição que a atende.

É muito doloroso entrar em contato com as próprias falhas, mas é de vital importância, como é também necessário que essas mães se dêem conta dos seus próprios recursos e dos das crianças. É esse o papel do psicólogo no trabalho com as mães: apontar as suas dificuldades, as suas feridas, mas também mobilizar os recursos para que elas consigam fazer uso deles no suprimento de suas carências.

Acreditar na capacidade do outro e ajudá-lo a acreditar nela é fundamental. É um trabalho de resgate. O psicólogo vai ajudar essas mães a resgatarem aquilo que projetaram nos seus filhos (tanto partes boas como ruins), reconhecer-se nas dificuldades e recursos deles, para que possam recuperar o que é seu, sanar algumas dessas dificuldades, aprender a conviver com outras, perceber seus aspectos saudáveis e deixar para os filhos somente as dificuldades que lhes pertencem, para que, por sua vez, possam superá-las também com seus próprios recursos internos, com ajuda externa da família e dos profissionais.

Acredito que esse trabalho vai favorecer uma relação mais construtiva dessas mães com seus filhos e, nesse sentido, ajudá-los no seu próprio processo de enfrentamento com a questão da surdez.

A partir dessas reflexões e pressupostos teóricos, pude entender melhor as dificuldades dessas mães na relação com seus filhos portadores de deficiência auditiva severa ou profunda e já é possível perceber algumas modificações.

Com relação às faltas, por exemplo, estas assumiram um outro caráter, à medida que, no caso, foram entendidas como mecanismo inconsciente de resistência ao processo de autopercepção. Da mesma forma, houve uma melhora significativa quanto ao problema da falta de pontualidade, já que foi possível lidar com os mecanismos inconscientes subjacentes à questão.

Foi possível mostrar-lhes, por exemplo, a partir de suas queixas sobre a teimosia das crianças, como elas também eram teimosas em suas atitudes de não chegarem no horário para o grupo.

Obviamente, também têm havido dificuldades, mas elas são esperadas e pertinentes ao próprio processo. Além disso, servem como material de reflexão sobre o trabalho.

De qualquer forma, pude observar que esta abordagem favoreceu um enriquecimento das relações do grupo, pois o trabalho se baseia na experiência vivida pelo mesmo. Assim, gostaria de colocar que, apesar de achar que o trabalho de aconselhamento e orientação superficial tenham seu papel e seu valor, acredito que somente um modelo psicoterápico de atendimento proporcionará uma transformação consistente na relação das mães com seus filhos deficientes.

Com isto, termino este relato, tendo claro que, em função da complexidade do tema, vários aspectos importantes a ele relacionados foram deixados de lado.